



**4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides/PA.**

**TERMO DE COMPROMISSO, RESPONSABILIDADE E AJUSTAMENTO DE CONDUTA**

**Ref.: SAJ nº 01.2024.00032890-3**

Pelo presente instrumento, denominado **Termo de Compromisso, Responsabilidade e Ajustamento de Conduta Ambiental**, com fulcro no parágrafo 6º, do art. 5º, da Lei nº 7.347/85, regulamentado pelo Código de Defesa do Consumidor – Lei 8.078/90, que acrescentou o parágrafo 6º da mencionada Lei, em que figura de um lado o **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ**, por seu 4º Promotora de Justiça Cível de Defesa Comunitária e de Cidadania de Benevides/PA, com atuação no Meio Ambiente, doravante denominado **Compromitente**, e de outro lado **VAZ, OLIVEIRA & CRUZ LTDA**, representado pelo gerente do estabelecimento, o Sr. **WELITON MATIAS DE OLIVEIRA**, ora denominado **COMPROMISSÁRIO**.

**CONSIDERANDO** que incumbe ao Ministério Público a defesa da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis, nos termos do artigo 127 da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que o Ministério Público tem como função institucional a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos, em conformidade com o artigo 129, III da Constituição Federal;

**CONSIDERANDO** que todo têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (at. 225, da CF/88);

**CONSIDERANDO** que “as condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente

4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides

Termo de Ajustamento de Conduta

SAJ 01.2024.00032890-3



MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ

4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides/PA.

sujeitarão os infratores, pessoas físicas e jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar danos causados" (art. 225, §3º, da CF/88);

**CONSIDERANDO** que a Constituição Federal de 1988 estabeleceu para o dano ambiental três tipos de responsabilidade, a saber: civil, penal e administrativa, todas independentes e autônomas entre si. Ou seja, com uma única ação ou omissão pode-se incorrer em responsabilidade perante as três esferas e sujeitar-se às sanções cominadas para cada uma delas;

**CONSIDERANDO** o AUTO DE INFRAÇÃO: AUT-1-S/24-08-01135, lavrado pela SEMAS em desfavor da empresa VAZ, OLIVEIRA & CRUZ LTDA, por não cumprir as condicionantes constantes na Licença de Operação 11347/2018, por deixar de apresentar relatórios ou informações ambientais nos prazos exigidos pela legislação;

**CONSIDERANDO** o interesse do **Compromissário**, em formalizar o presente compromisso para por fim à demanda de modo consensual, evitando a sujeição ao pólo passivo em sede de Ação Civil Pública de que trata a Lei Federal nº 7.347/85;

**RESOLVEM:** celebrar o presente **TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA**, considerado título executivo, em conformidade com o disposto no parágrafo 6º, do art. 5º da Lei Federal nº 7.347/85, e art. 784, IV do Código de Processo Civil, nas condições a seguir expostas, que visam a Compensação do Dano Ambiental na Esfera Cível:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – o COMPROMISSÁRIO ASSUME**, a partir da data da assinatura deste instrumento, as seguintes obrigações:

I - A entrega dos produtos descritos abaixo, no prazo de até 30 (trinta) dias, a contar da presente data, para Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Turismo de Benevides:

- a) 01 MOTOSSERRA, MARCA STIHL, MODELO MS250 45CC;
- b) 01 IMPRESSORA, MARCA EPSON, MODELO 3250.

II - Assume a obrigação de comprovar o cumprimento das condições, independentemente de notificação ou aviso prévio, devendo, quando for o caso, por iniciativa própria, apresentar

4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides

Termo de Ajustamento de Conduta

SAJ 01.2024.00032890-3





MINISTÉRIO PÚBLICO  
DO ESTADO DO PARÁ

**4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides/PA.**

imediatamente e de forma documentada eventual justificativa para o não cumprimento do acordo;

**CLÁUSULA SEGUNDA – O COMPROMISSÁRIO** deverá informar ao Ministério Público acerca do adimplemento das obrigações que trata este instrumento;

**CLÁUSULA TERCEIRA – DA PENALIDADE PELO DESCUMPRIMENTO DOS COMPROMISSOS AVENÇADOS:**

I - O descumprimento da obrigação constante do presente Termo de Compromisso e Ajustamento de Conduta, acarretará a aplicação de multa de **R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)** para cada obrigação de fazer não cumprida, findo o prazo apontado na respectiva cláusula, para cuja incidência será suficiente a certidão da Secretaria das Promotorias de Justiça de Benevides/PA, atestando a inadimplência do compromisso, sem prejuízo de outras cominações legalmente previstas;

**CLÁUSULA QUARTA** - Verificando-se descumprimento da cláusula obrigacional, constitui consequência processual do inadimplemento da obrigação, a sua execução, observado o disposto no art. 786 do CPC, com as multas decorrentes. Haverá ensejo ao respectivo ajuizamento da ação executória para compelir o **Compromissário** a implementar e realizar a obrigação assumida neste pacto e, em função das multas cominatórias fixadas e pactuada como sanção pecuniária, será feita a sua execução por quantia certa;

**CLÁUSULA QUINTA** - O presente termo tem prazo de validade indeterminado a partir da presente data, e eficácia de título executivo extrajudicial, em conformidade com o que dispõe o art. 5º, § 6º da Lei 7.347/85;

**CLÁUSULA SEXTA** - Extrato do presente Termo será publicado neste órgão, passando a produzir efeitos legais a partir da data da assinatura e terá eficácia de título executivo extrajudicial, na forma dos artigos 5º, § 6º, da Lei nº 7.347/85, e 784, XII, do Código de Processo Civil;

**CLÁUSULA SÉTIMA** - No caso do cumprimento integral do negócio jurídico ora entabulado entre as partes, e nos prazos estipulados, será promovido o arquivamento do procedimento

4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides

Termo de Ajustamento de Conduta

SAJ 01.2024.00032890-3

**4ª Promotoria de Justiça Cível de Defesa  
Comunitária e de Cidadania de  
Benevides/PA.**

**CLÁUSULA OITAVA** - Fica eleito o Foro da Comarca de Benevides/PA para dirimir quaisquer litígios do presente Termo de Ajustamento de Conduta, cujo instrumento, **Compromitente e Compromissário**, tem suas condições como irrevogável e irretratável, ressalvadas as alterações que necessitem de ser feitas para melhor solução do conflito e efetividade da obrigação constante;

**CLAUSULA NONA** - o Ministério Público se compromete a não adotar qualquer medida judicial, de cunho civil, contra o **Compromissário**, no que diz respeito aos itens acordados, caso o Termo de Ajustamento de Conduta seja cumprido nos prazos e forma pactuada;

**CLAUSULA DÉCIMA** - O presente acordo **passará a ter vigência a partir do dia 26 de novembro de 2024.**

Assim exposto, por estarem cientes de suas obrigações e encargos, com a disposição de cumpri-los, subscrevem, abaixo, em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Benevides/PA, 26 de novembro de 2024.

  
**PAULO SÉRGIO DA CUNHA MORGADO JÚNIOR**  
Promotor de Justiça

**WELITON MATIAS DE OLIVEIRA**  
Gerente/Representante da Empresa Vaz, Oliveira & Cruz Ltda.

